

ANÁLISE DA VOCAÇÃO TURÍSTICA: UM DESAFIO NA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE LAGES, SANTA CATARINA

ANALYSIS OF THE TOURIST VOCATIONS: A CHALLENGE IN THE INTERMEDIATE REGION OF LAGES, SANTA CATARINA

 Nilzo Ivo Ladwig ^A
 Rose Maria Adami ^B
 Denis Berte Salvia ^B
 Flávio Rene Brea Victoria ^C

^A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil

^B Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Florianópolis, SC, Brasil

^C Fundação do Meio Ambiente (FATMA), Florianópolis, SC, Brasil

Recebido em: 23/03/2023 | 08/04/2024 DOI: 10.12957/tamoios.2024.76388

Correspondência para: Nilzo Ivo Ladwig (ladwignilzo11@gmail.com)

Resumo

Compreender que as vocações territoriais fazem parte da construção social e definem orientações, embasam objetivos, estratégias e ações do processo de planejamento territorial é o desafio deste artigo. O objetivo deste estudo foi analisar a vocação territorial turística da região intermediária de Lages por meio de análise situacional, priorizando os elementos dos quadros natural, histórico, estrutural, organizacional e econômico voltados ao turismo. A metodologia se resume na descrição dos quadros natural, histórico e análise estatística dos elementos estruturais organizacionais e econômicos voltadas ao turismo. Foram analisados, por meio de estatística descritiva, os dados referentes à equipamentos e serviços turísticos de hospedagem, alimentação e agenciamento, pessoal ocupado total e assalariado no setor turístico. Para operacionalizar analiticamente as informações, optou-se em criar dois índices: Índice de Estrutura Básica de Turismo (iEBT) e de Trabalho Ligado ao Turismo (iTTL), em 2010 e 2019. Os resultados apontam que a região possui vocação turística, mas carece de políticas públicas, governança, serviços e equipamentos turísticos, assim como precisa aumentar a capacidade empresarial de investimento no setor turístico. O reconhecimento destas carências deverá fazer parte da mobilização para construção social e organizacional regional voltada a estabelecer a governança estratégica pró-tempore, com aproveitamento das instituições, organizações e associações existentes no território.

Palavras-chave: Planejamento; Território; Turismo; Município.

Abstract

Understanding that territorial vocations define guidelines, underpin goals, strategies, and actions in the territorial planning process, and are part of social construction is the challenge. This study aimed to analyze the touristic territorial vocation of the intermediate region of Lages through situational analysis, prioritizing elements of natural, historical, and structural, organizational, and economic frameworks related to tourism. The methodology is summarized in the description of the natural and historical settings and the statistical analysis of structural, organizational, and economic elements focused on tourism. Data related to tourism facilities and services, including accommodation, catering, and agency services, total and salaried employment in the tourism sector, were analyzed using descriptive statistics. To analytically operationalize the information, two indices were created: Basic Tourism Structure Index (iEBT) and Tourism-Related Employment Index (iTTL), for 2010 and 2019. The results indicate that the region has a tourism vocation but lacks public policies, governance, tourist services, and equipment, and needs to increase business investment capacity in the tourism sector. Recognizing these deficiencies should be part of the mobilization for social and organizational regional construction aimed at establishing pro-tempore strategic governance, leveraging existing institutions, organizations, and associations in the territory.

Keywords: Planning; Territory; Tourism; Municipality.

Keywords: Planning; Territory; Tourism; Municipality.





INTRODUÇÃO

Com base no desenvolvimento regional integrado, foi proposta uma metodologia para priorizar estímulos ao desenvolvimento socioeconômico convergentes, estabelecendo e difundindo o conceito de território a fim de considerar homogeneidades e heterogeneidades com as vocações territoriais e a sustentabilidade.

Portanto, no paradigma tradicional, o território é representado como um sistema pré-determinado com respeito aos atores e acordos institucionais e organizacionais locais. Nesse quadro epistemológico, a vocação territorial aparece como objetivo, expressão e síntese do potencial de recursos, habilidades e capacidades de um território (CALABRESE et al., 2014).

Os autores citados levam ao entendimento que vocação territorial é o conjunto de aptidões, disposições e potencialidades de um território, considerando o meio físico e social construído sobre a natureza.

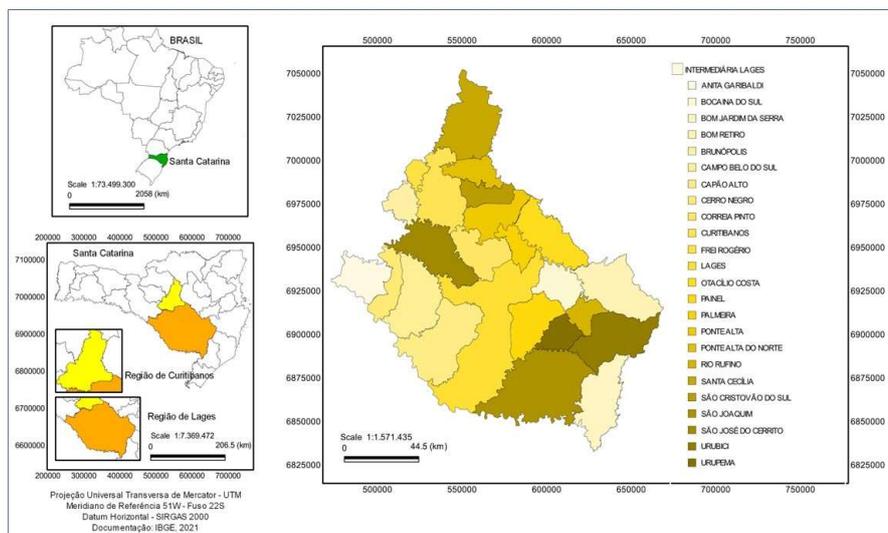
As vocações territoriais possibilitam definir orientações e/ou princípios que embasam os objetivos, as estratégias e as ações do processo de planejamento territorial a médio prazo. Estas são determinadas a partir do diagnóstico das características que potencializam atividades estratégicas no processo de desenvolvimento, das fragilidades e dos anseios da população. No entanto, no processo de planejamento, as vocações territoriais não devem ser interpretadas como elementos estáticos que predestinam o desenvolvimento dos territórios de forma irremediável, mas sim como potencialidades do planejamento territorial que podem mudar, conforme as necessidades e aspirações da sociedade (LIRA; ESCUDERO, 2012).

Diante dessa discussão, o objetivo deste trabalho é analisar a vocação territorial turística da região intermediária de Lages, por meio de análise situacional, priorizando os elementos do quadro natural, histórico e estrutural, organizacional e econômico voltados ao turismo.

Localização da região geográfica intermediária de Lages

A região geográfica Intermediária de Lages, localizada no Planalto Serrano Catarinense, é subdividida em duas regiões geográficas imediatas, a de Curitibanos, com seis municípios, e a de Lages, com 18 municípios, totalizando 24 municípios (Figura 01).

Figura 01 - Localização da região geográfica Intermediária de Lages



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

REVISÃO TEÓRICA

As vocações territoriais possibilitam definir orientações e/ou princípios que embasam os objetivos, as estratégias e as ações do processo de planejamento territorial a médio prazo. Estas são determinadas a partir do diagnóstico das características que potencializam atividades estratégicas no processo de desenvolvimento, das fragilidades e dos anseios da população. No entanto, no processo de planejamento, as vocações territoriais não devem ser interpretadas como elementos estáticos que predestinam o desenvolvimento dos territórios de forma irremediável, mas sim como potencialidades do planejamento territorial que podem mudar conforme as necessidades e aspirações da sociedade (LIRA; ESCUDERO, 2012).

As vocações, por estarem associadas às identidades territoriais, que são as percepções coletivas das estruturas econômicas, sociais e culturais dos grupos sociais, podem ser utilizadas no processo de planejamento, como estratégias para auxiliar a identificação de recursos subutilizados e/ou despercebidos e de produtos endêmicos, ou seja, nas fragilidades e potencialidades de um território (LIRA; ESCUDERO, 2012).

Em um território, em nível macro, a vocação territorial é uma construção social, resultado de percepção coletiva das estruturas. Em nível micro, a vocação depende de estratégias individuais ou de acordos institucionais e organizacionais locais. A Figura 02 resume os três segmentos que fazem parte do território e demonstra que deverão trabalhar em torno da construção social da sua vocação.

Figura 02 - Construção social da vocação territorial municipal e ou regional



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

A partir dessa análise, o objetivo estratégico da construção social da vocação é conceber, implementar e controlar um mecanismo de planejamento local que integre a comunidade, instituições públicas e as organizações e associações no objetivo comum de desenvolvimento do território.

Calabrese et al. (2014) corroboram que sob o ponto de vista situacionista, o território é um sistema concreto construído pelos atores sociais. Esse paradigma qualifica o território como um lugar de diferentes interesses e estratégias, de interação, de negociação e de conflito entre os atores e seus acordos (alianças). O território vocação torna-se um espaço de construção intersubjetiva e funcional aos interesses do território, estabelecido por ações estratégicas de um acordo pró-tempore¹.

A perspectiva situacionista sobre os processos de governança territorial vai além de modelos de gestão estratégica e marketing de lugares, e propõe estratégias associativas e cooperativas, protagonizadas por atores e/ou acordos locais para perseguir seus interesses (MASTROBERARDINO et al., 2013). Por essa abordagem, a vocação territorial é interpretada, como uma restrição material e simbólica que induz crenças, práticas e padrões de comportamento nos atores sociais daquele território. Da mesma forma, a governança territorial torna-se resultado de um jogo de poder baseado em estratégias individuais e de acordos estabelecidos pelos atores (MONTILLA; FERNÁNDEZ, 2020).

Os autores citados afirmam que essas diferentes abordagens evidenciam um padrão de ações políticas que visam proteger os interesses de acordos e alianças específicas. As ações políticas sistematicamente comunicadas como funcionais ao desenvolvimento do território em busca do bem-estar comum são sistemas concretos construídos pelos atores públicos e privados.

O sistema concreto construído pelos atores definirá a personalidade de um território, sua inclinação natural, social, cultural e econômica. Não há uma causa neutra sobre a qual a estratégia de desenvolvimento do território deve ser construída, mas sim o efeito construído por



um acordo pró-tempore de atores, com interesses convergentes, unidos temporariamente para atingir objetivos específicos. O acordo dominante pró-tempore trabalha para dar identidade ao território, e auxilia no posicionamento almejado e no reconhecimento do papel de ator coletivo em um quadro institucional mais amplo (GOLINELLI, 2002 apud CALABRESE et al., 2014).

METODOLOGIA

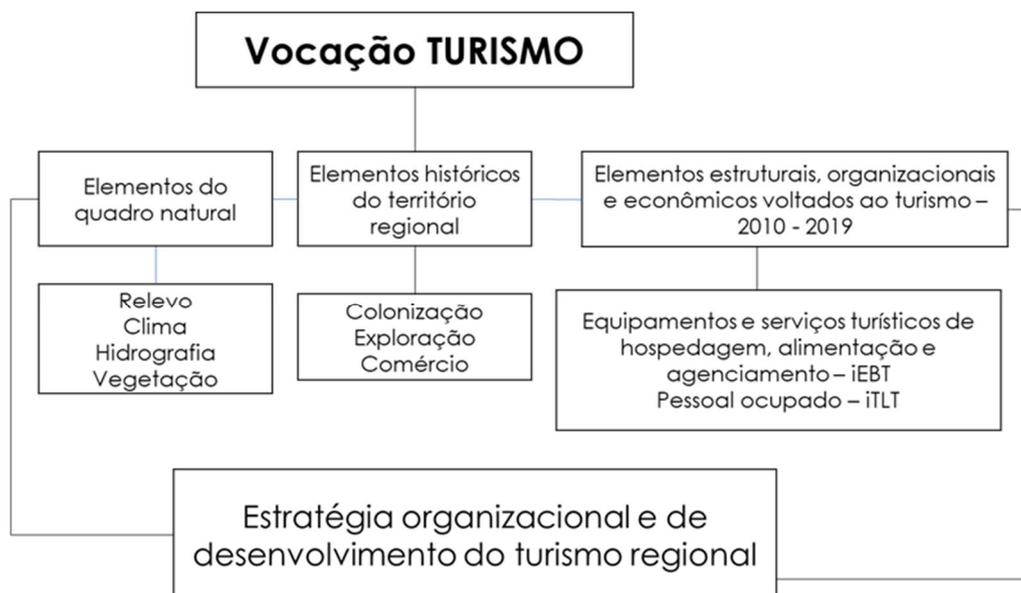
O objetivo central deste trabalho é identificar e descrever deficiências e potencialidades associadas ao turismo na região Intermediária de Lages/SC, por meio de análise situacional, visando produzir evidências que auxiliem na orientação sobre qual é a vocação territorial da região em estudo. De maneira específica, neste estudo é explorada a potencial vocação para o turismo. A região intermediária de Lages está dividida em duas regiões imediatas, Lages e Curitibanos, e reúne um total de 24 municípios.

Na análise situacional foi priorizada a caracterização dos seguintes elementos: quadro natural, patrimônio histórico-cultural, estrutura e organização voltadas ao turismo, população e economia municipal e regional. A análise destes elementos indicará estratégias que devem ser seguidas para a avaliação e construção social da vocação territorial. Diante disso foi definida a questão central que permeia o estudo voltado para a região: a vocação territorial da região intermediária de Lages é o turismo?

A vocação turística da região intermediária de Lages foi elaborada por meio dos elementos do quadro natural, incluindo elementos históricos, estruturais, organizacionais e econômicos voltados ao turismo, conforme Figura 03.



Figura 03 - Etapas da pesquisa na definição da vocação em turismo



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Dentre os elementos do quadro natural, foram priorizados os aspectos relacionados ao relevo, ao clima, à hidrografia e à vegetação, pois na dimensão visual agregam valor à paisagem, formando a imagem de destinos turísticos. A paisagem se constitui em um recurso importante para o turismo, e seu estudo, ou mais precisamente a avaliação de sua qualidade estética/visual, é de particular interesse para o desenvolvimento turístico.

Com relação aos elementos históricos do território regional, estes foram priorizados e descritos para mostrar que a região possui relevantes aspectos da trajetória histórico-cultural construída que merece atenção nos projetos de turismo. O patrimônio material e imaterial constitui recurso turístico sem precisar que os visitantes necessariamente visitem museus ou outros espaços de visitação. Na região, o turismo poderá acontecer simplesmente por meio de passeios pelo território em que a própria cena reforça os atrativos histórico-culturais, considerando que a região Serrana terá um futuro econômico promissor se houver a proteção e conservação da paisagem e a valorização do seu patrimônio natural, cultural e histórico.

Os dados dos elementos estruturais, organizacionais e econômicos voltados ao turismo foram obtidos junto ao Conselho de Turismo da Serra Catarinense (CONSERRA), à Associação de Municípios da Região Serrana (AMURES), à Associação de Municípios da Região do Contestado (AMURC) e ao Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Foram selecionados dados referentes a equipamentos e serviços turísticos de hospedagem, alimentação e agenciamento, pessoal ocupado total e assalariado no setor do turismo por município. Os dados foram apresentados na forma de tabelas e analisados por meio de estatística descritiva para, em seguida, operacionalizar analiticamente as informações através em dois índices: Índice de Estrutura Básica de Turismo (iEBT) e de Trabalho Ligado ao



Turismo (iTLT) nos anos de 2010 e 2019. O estudo adapta e reproduz parcialmente a abordagem empírica realizada por Montilla e Fernández em pesquisa conduzida em seis cidades interioranas na região turística de Andaluzia, na Espanha (Montilla; Fernández, 2020).

Índice de estrutura básica de turismo (IEBT)

O índice EBT visa a classificação dos 24 municípios da região intermediária de Lages em relação à estrutura básica municipal apta ou especificamente voltada para o turismo. Foi desenvolvido a partir de cinco variáveis que mensuram aspectos básicos necessários para o desenvolvimento do turismo nos municípios: (i) número de empresas que oferecem alojamentos no município (hotéis, pousadas, resorts, *hostels* e outros); (ii) número de empresas de alimentação (restaurantes, empresas de catering e buffet, empresas de serviços ambulantes de alimentação); (iii) número de agências de viagens, operadores turísticos e de serviços de reservas; (iv) número de empresas que realizam atividades de organização de eventos; (v) número de empresas que realizam atividades ligadas à recreação e lazer, como parques temáticos e de diversão.

A partir das variáveis coletadas, realizou-se Análise de Componentes Principais (ACP) a fim de validar a criação do índice. A análise corroborou na criação do índice composto pelas variáveis da matriz de correlação apontaram alta correlação entre as variáveis, sendo estas independentes; o teste de normalidade multivariada (Esfericidade de Bartlett) apontou um p-valor igual a 0,000; o KMO 2010 e 2019 ficaram em 0,734 e 0,660, respectivamente; o componente principal retido no iEBT ficou em 4,491 (2010) e 4,185 (2019); a porcentagem da variância total explicada por esse componente ficou em 89,82% (2010) e 83,70% (2019). Portanto, conclui-se que as variáveis mobilizadas são aptas a ser utilizadas para criação do índice composto iEBT, nos anos de 2010 e 2019.

Os resultados dos números de empresas das cinco variáveis que mensuram aspectos básicos necessários para o desenvolvimento do turismo foram somados e o número total de cada município foi normalizado por meio da técnica Min/Max:

Equação Min/Max:

$$WI = \frac{x - Min}{Max - Min}$$

Em que:

Wi - Valor normalizado da variável

x - valor da variável

Min - valor mínimo da variável entre os casos

Max - valor máximo da variável entre os casos

O resultado é um valor que pode variar entre 0 (zero) e 1 (um) para cada município, e dessa maneira é possível classificá-los de acordo com o escore obtido. Os dados foram coletados para os anos de 2010 e 2019 a fim de permitir a comparação dos resultados em dois momentos distintos².



Índice de trabalho ligado ao turismo (ITLT)

O índice TLT visa a classificação dos 24 municípios da região intermediária de Lages, em relação à mão de obra ocupada em atividades ligadas, direta e indiretamente, ao setor do turismo. O índice foi desenvolvido a partir de cinco variáveis que mensuram a mão de obra ocupada em atividades consideradas essenciais para o turismo: (i) número de pessoas ocupadas em empresas que oferecem alojamentos no município (hotéis, pousadas, resorts, hostels e outros); (ii) número de pessoas ocupadas em empresas de alimentação (restaurantes, empresas de catering e buffet, empresas de serviços ambulantes de alimentação); (iii) número de pessoas ocupadas em agências de viagens, operadores turísticos e de serviços de reservas; (iv) número de pessoas ocupadas em empresas que realizam atividades de organização de eventos; (v) número de pessoas ocupadas em empresas que realizam atividades ligadas à recreação e lazer, como parques temáticos e de diversão. Levantou-se o número total de pessoal ocupado em cada uma das cinco variáveis, o que inclui pessoal assalariado (carteira assinada) e sem carteira de trabalho assinada.

Antes da criação, também se realizou a Análise de Componentes Principais (ACP) a fim de validar a criação do índice iTLT (2010 e 2019). A análise validou a criação do índice composto, considerando que as variáveis da matriz de correlação apontaram alta correlação entre si, sendo estas independentes umas das outras; o teste de normalidade multivariada (Esfericidade de Bartlett) apontou um p-valor igual a 0,000; o KMO 2010 e 2019 ficaram em 0,795 e 0,650, respectivamente; o componente principal retido no iTLT ficou em 4,844 (2010) e 4,144 (2019); a porcentagem da variância total explicada por esse componente ficou em 96,88% (2010) e 82,87% (2019). Portanto, conclui-se que as variáveis mobilizadas são válidas para ser utilizadas para criação do índice composto iTLT nos anos de 2010 e 2019.

Os resultados dos números totais de trabalhadores nas empresas nas cinco variáveis que mensuram a mão de obra ocupada em atividades consideradas essenciais para o turismo foram somados, e o número total de trabalhadores em cada município foi normalizado por meio da técnica Min/Max. O resultado dessa análise é um valor que pode variar entre 0 (zero) e 1 (um) para cada município, e dessa maneira é possível classificá-los de acordo com o score obtido. Os dados foram coletados para os anos de 2010 e 2019, a fim de permitir a avaliação do resultado em dois momentos distintos. Todos os dados coletados estão disponíveis no site do Sidra/IBGE, na tabela 6449.

Por fim, foi traçada uma proposta de governança e desenvolvimento do turismo para a região geográfica que priorizou a criação de centro turístico, centros de distribuição, centros de escala, centros de excursão e corredores de traslado e visitação. Os critérios para definição desta estrutura partiram dos resultados obtidos na análise dos dados.



RESULTADOS

Elementos do quadro natural

A região geográfica intermediária de Lages possui o seu território regional sob domínio do geossistema Planalto dos Campos Gerais, geofácies Planalto Central e mais duas pequenas porções, uma no Planalto dos Rios Iguaçu e Uruguai reconhecido como Médios Vales dos Rios Canoas e Pelotas, e uma segunda porção no Planalto Sedimentar, geofácies Planalto de Lages (SANTA CATARINA, 2016).

O relevo da região possui a seguinte topografia: 43,2% suave, 28,9% declivosos, 26,8% declivosos e pedregosos e o restante outras formas e corpos de água. Cabe ressaltar que os solos predominantes são os Litólicos Distróficos, Litólicos Álicos e Cambissolos. Os Litólicos Distróficos e Álicos são solos que apresentam poucas alternativas de uso por se tratar de solos rasos ou muito rasos e usualmente rochosos e pedregosos. Situam-se em áreas acidentadas de serras e encostas íngremes, normalmente com problemas de erosão laminar e em sulcos severa ou muito severa. Os Cambissolos estão situados em cotas altimétricas entre 1000 e 1200m, em áreas de relevo suave ondulado e ondulado, sob vegetação original de campo, apresentam bom potencial agrícola (EMBRAPA, 1998).

O tipo climático (Koeppen) é Cfb - Temperado (mesotérmico úmido e verão ameno), com temperatura média anual entre 15°C e 16°C e precipitação média anual entre 1300mm e 1500 mm. Nos recursos hídricos destacam-se três rios principais, o Canoas, com a maior área de drenagem dentro da região, o Caveiras e o Pelotas (SANTA CATARINA, 2016).

A hidrografia da região é representada pelo sistema integrado da Vertente do Interior (bacia do Prata), comandado pelas bacias dos rios Paraná e Uruguai. Na região destaca-se a bacia do rio Canoas e pequena porção do território na bacia do rio Pelotas inserida na região hidrográfica (RH 4 – Planalto de Lages). A RH 4 é a maior Região Hidrográfica em extensão de Santa Catarina (22.766 km²), integrando duas bacias consideradas na atualidade de domínio da União: do rio Canoas, que corresponde a área de 14.908 km², e do rio Pelotas com área de 7.277 km² em território catarinense.

As características da vegetação natural desta região, segundo classificação de Klein (1978), predominam as formações fitogeográficas de Campos Naturais, Floresta Ombrófila Mista e pequena porção de Floresta Estacional Decidual. Os Campos Naturais (Campos de Altitude) aparecem como áreas isoladas, entremeadas à Mata de Araucária e coincidem com altitudes entre 900 e 1400 metros. Predominam gramíneas de baixo e médio porte, além de ciperáceas, verbenáceas, leguminosas e compostas. Os Campos Naturais ocorrem formando manchas em meio ao domínio da Mata de Araucária.

A Floresta Ombrófila Mista (Mata de Araucária) transpõe as serras costeiras estendendo-se pelo Planalto Catarinense. É caracterizada pela coexistência da flora tropical e temperada, e apresenta a Araucária angustifolia como principal espécie endêmica. Possui ainda extrato arbóreo e arbustivo, presença de epífitas e lianas, situando-se acima dos 500/600 metros de altitude. Em um contexto geral, as áreas de Floresta Estacional Decidual de Santa Catarina são razoavelmente ricas em espécies se comparadas a outras florestas estacionais, provavelmente



devido ao fato de ocuparem regiões com maior pluviosidade, mas apresentam famílias e gêneros amplamente característicos de florestas secas (SANTA CATARINA, 2016).

Elementos históricos do território regional

Historicamente, a região passou a ter importância com a descoberta de ouro no século XVIII em Minas Gerais, o que despertou o valor econômico das cabeças de gado das vacarias do Mar e dos Pinhais no Rio Grande do Sul, fruto da criação das estâncias Jesuíticas. A partir de 1740 o percurso arterial de tropas que ligava Viamão, Laguna, Lages, Curitiba e Sorocaba se desarticula, fortalecendo a posição de Lages, que permanece no circuito das tropas, reforçando a atuação da corrente de ocupação do planalto (PIAZZA & HÜBENER, 2003; SANTA CATARINA, 2013).

Genericamente, pode-se dizer que a exploração das terras do planalto começa com os paulistas no século XVIII, instalando a pecuária extensiva nas manchas de campos naturais de Lages. Curitiba e Campos Novos (alta bacia do rio Uruguai). Até meados do século XIX, Lages era o único distrito a oeste da Serra, ao qual pertenciam os arraiais de Campo Belo (Baguais), Campos Novos e a vila de Curitiba, originada de um pouso de tropeiros (PIAZZA & HÜBENER, 2003; SANTA CATARINA, 2013).

A partir do século XX, se estabelece a atividade extrativa associada ao latifúndio pastoril, aproveitando a existência dos ervais nativos encontrados em combinação com a mata de araucária do planalto, com as manchas de campos e os ervais fruto da combinação natural da região. Tal determinação ocorre relacionada a outras, como as dos interesses internacionais do comércio da madeira e da colonização de novas terras, agora já para o excedente demográfico de nossas áreas coloniais associados aos interesses das classes dominantes regionais e locais frente ao mesmo comércio (PIAZZA & HÜBENER, 2003; SANTA CATARINA, 2013).

A atividade mercantil pecuarista do planalto, em função das fartas reservas de gado existentes nos campos da Região Sul do Brasil e da distância a ser percorrida para alcançar a sua comercialização, trouxe como consequência a necessidade de sedentarização, dando origem a estâncias, vilas e povoados. A conquista se efetiva trazendo consigo a concessão de sesmarias pela Coroa, gênese do monopólio das terras de campo pelos fazendeiros e da formação do poder local (PIAZZA & HÜBENER, 2003; SANTA CATARINA, 2013).

Elementos estruturais organizacionais e econômicos voltadas ao turismo

A Região Intermediária de Lages conta com uma estrutura política, organizacional e de fomento econômico com destaque ao Conselho de Turismo da Serra Catarinense (CONSERRA), que dentro de sua capacidade tem desenvolvido ações no âmbito regional e municipal voltadas para o turismo. O CONSERRA realizou, em 2018³, um diagnóstico do levantamento de capacidade e estrutura de hospedagem dos municípios abrangidos pela AMURES (Associação de Municípios da Região Serrana), composta pelos municípios de Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia



Pinto, Lages, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema. O resultado deste diagnóstico mostra um número de 513 empresas ligadas ao turismo. Destas, 96 estão cadastradas no Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de turismo (CADASTUR); dez municípios possuíam Conselho Municipal de Turismo, seis contam com fundos municipais e seis com Plano Municipal de Turismo.

Com o objetivo de enriquecer a discussão e definir a vocação territorial da região intermediária de Lages, foi ampliada a análise considerando, além da região da AMURES, a Associação de Municípios da Região do Contestado (AMURC), composta pelos municípios de Santa Cecília, Frei Rogério, Ponte Alta do Norte, São Cristóvão do Sul e Curitibaanos. A AMURC, região localizada no Planalto Catarinense, é considerada o berço do Contestado, e uma região multicultural com características histórico-culturais ligadas ao extrativismo e à cultura agrícola. Apesar de ser uma região economicamente ativa, os setores primário e secundário é que se destacam na economia e geram emprego e renda. Dos 24 municípios que fazem parte da região, 10 perderam população residente, totalizando 6.720 pessoas que migraram (Tabela 03).

Tabela 03 - Número absoluto da população por município ano de 2010 e 2019

Município	População 2010	População 2019
Anita Garibaldi	8.623	7.133
Bocaina do Sul	3.290	3.474
Bom Jardim da Serra	4.395	4.743
Bom Retiro	8.942	9.966
Brunópolis	2.850	2.420
Campo Belo do Sul	7.483	7.016
Capão Alto	2.753	2.525
Cerro Negro	3.581	3.124
Correia Pinto	14.785	12.795
Curitibaanos	37.748	39.745
Frei Rogério	2.474	2.023
Lages	156.727	157.544
Otacílio Costa	16.337	18.744
Paineira	2.353	2.359
Palmeira	2.373	2.627
Ponte Alta	4.894	4.682
Ponte Alta do Norte	3.303	3.414
Rio Rufino	2.436	2.483
Santa Cecília	15.757	16.830
São Cristóvão do Sul	5.012	5.549
São Joaquim	24.812	26.952
São José do Cerrito	9.273	8.295
Urubici	10.699	11.235
Urupema	2.482	2.465

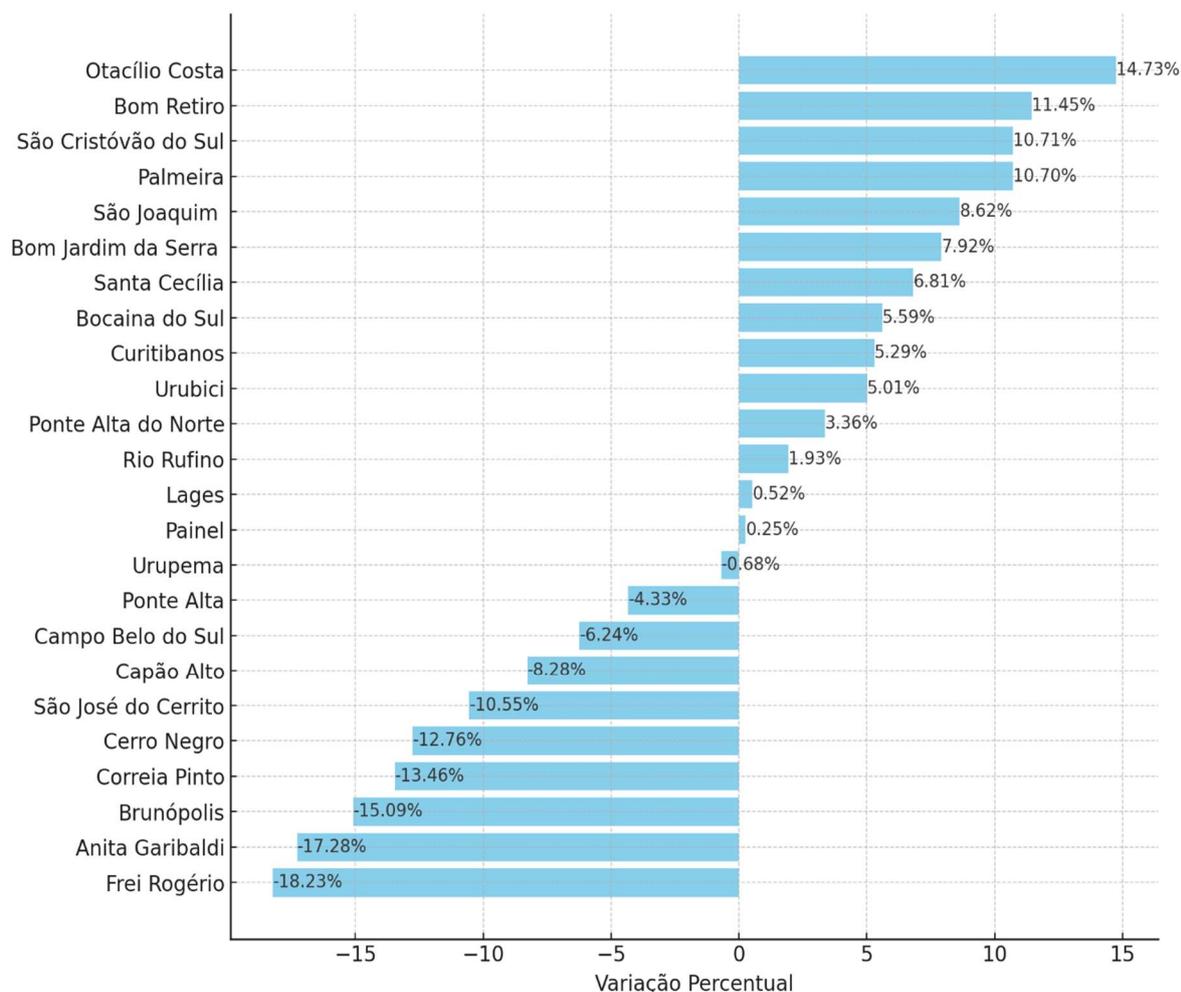
Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Os municípios de Anita Garibaldi, Correia Pinto e São José do Cerrito, em números absolutos, perderam 4.615 habitantes, um número significativo para municípios que possuem um total de



população menor que 10.000 habitantes. A Figura 04 mostra a variação populacional de cada um dos municípios entre 2010 e 2019. Estes números refletem diretamente na redução de coeficiente no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), reduzindo a saúde financeira da região.

Figura 04 - Variação percentual da população residente nos municípios entre o ano de 2010 e 2019



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

É fato preocupante no âmbito regional o baixo crescimento, pois segundo dados do IBGE (2022)⁴, a população de Santa Catarina é a terceira que mais cresceu no Brasil nos últimos 12 anos. O Estado chegou a 7.762.154 de habitantes e registrou aumento de 24,23% no número de pessoas com relação aos dados do Censo de 2010.

Numa análise populacional simples, 4.761 pessoas se somaram ao total da população, que em números aproximados corresponde a um crescimento regional de 1,32% em 10 anos, 0,13% anuais. Muito abaixo da média do Estado de Santa Catarina, que teve um crescimento médio anual de 2%, nos últimos 12 meses. O baixo crescimento populacional deixa reflexos que o



setor de equipamentos e serviços turísticos não está absorvendo o pessoal devido seus índices não serem nada promissores.

Os dados analisados da Tabela 4 e Figura 5 priorizaram os equipamentos e serviços turísticos de hospedagem, alimentação e agenciamento, além do pessoal ocupado e o pessoal assalariado nestas empresas.

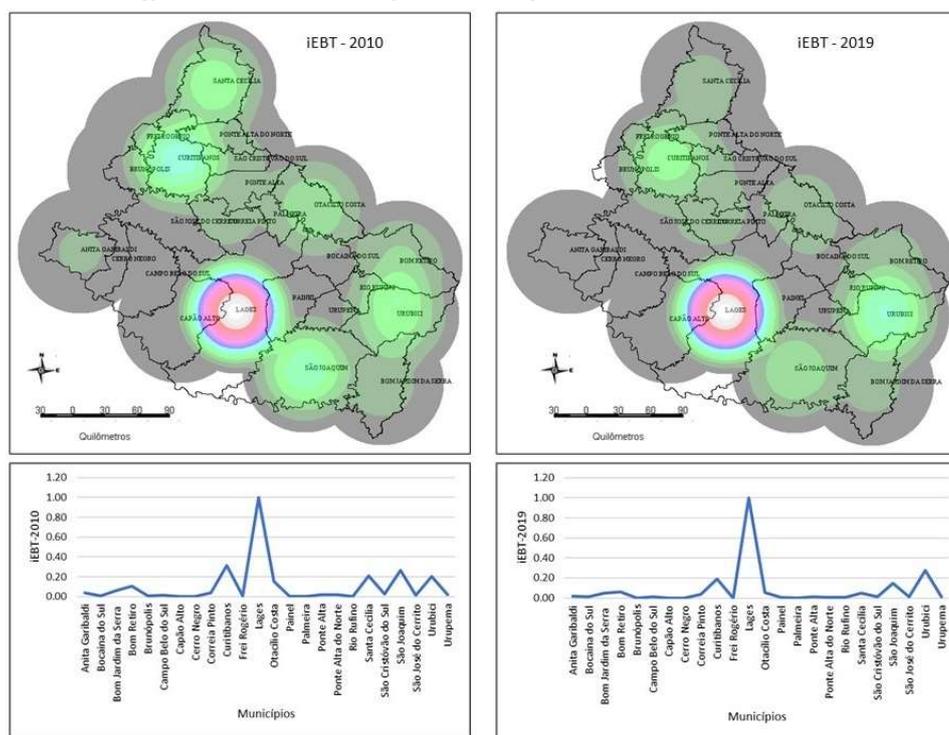
Tabela 04 - Equipamentos e serviços turísticos de hospedagem, alimentação e agenciamento nos municípios da região Serrana

Unidade da Federação e Município	Equipamentos e serviços turísticos de hospedagem, alimentação e agenciamento			iEBT	iEBT
	2010	2019	2020	2010	2019
Santa Catarina	19724	18922	19123	-	-
Anita Garibaldi	13	7	8	0.04	0.02
Bocaina do Sul	4	6	2	0.01	0.02
Bom Jardim da Serra	21	20	13	0.06	0.05
Bom Retiro	36	24	25	0.11	0.06
Brunópolis	5	2	2	0.01	0.00
Capão Alto	6	6	5	0.01	0.02
Campo Belo do Sul	3	2	4	0.00	0.00
Cerro Negro	2	1	1	0.00	0.00
Correia Pinto	11	16	16	0.04	0.04
Curitibanos	101	68	67	0.31	0.19
Frei Rogério	4	2	2	0.01	0.00
Lages	299	356	363	1.00	1.00
Otacílio Costa	51	22	20	0.15	0.06
Painel	2	4	6	0.00	0.01
Palmeira	2	2	2	0.00	0.00
Ponte Alta	8	5	6	0.02	0.01
Ponte Alta do Norte	7	3	4	0.02	0.01
Rio Rufino	2	3	3	0.00	0.01
Santa Cecília	66	19	18	0.21	0.05
São Cristóvão do Sul	11	7	7	0.03	0.02
São Joaquim	85	56	65	0.27	0.15
São José do Cerrito	6	7	9	0.01	0.02
Urubici	66	106	103	0.20	0.28
Urupema	8	5	5	0.02	0.01
Total regional	819	749	756	-	-

Fonte: Adaptado dos dados do IBGE - Cadastro Central de Empresas, 2023



Figura 05 - Distribuição municipal do iEBT, 2010 e 2019



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Ao analisar os números absolutos apresentados na Tabela 04 e na Figura 05, estrutura de serviços e equipamentos de hospedagem, alimentação e agenciamento, serviços essenciais para o turismo, percebe-se que a performance da região com seus 24 municípios, entre 2010 e 2020, permaneceu com o mesmo desempenho, representando cerca de 4% do total das empresas registradas no Estado de Santa Catarina.

No iEBT, pode-se destacar o município de Urubici, que teve um crescimento na oferta de equipamentos e serviços turísticos, enquanto os demais permaneceram ou tiveram redução nos seus índices ofertados. Isso é preocupante para uma região que possui potencial turístico, trabalha para a construção de um trade turístico, e demonstra necessidade de aumentar a sua capacidade de investimentos.

Em 2011 foi publicado pelo Ministério do Turismo os 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional no Brasil. O município de São Joaquim foi apontado pelos pesquisadores como um dos destinos indutores, juntamente com Balneário Camboriú e Florianópolis, em Santa Catarina. Esta pesquisa analisou 13 dimensões e apontou que havia necessidade da criação de políticas públicas, serviços e equipamentos turísticos e aumento da capacidade empresarial (BRASIL, 2012).

Entre 2010 e 2019, em São Joaquim, o número de empresas no ramo de hospedagem, alimentação e agenciamento decresceu, reduzindo a oferta e a consequente capacidade empresarial de enfrentar este desafio. Nesse período, o município apresentava índice iEBT regional 0,27 em 2010, e em 2019 o índice despencou para 0,15. Esta redução reflete



diretamente no iTLT, amortizando os percentuais relacionados ao pessoal empregado no setor, demonstrados na Tabela 05 e na Figura 06.

Tabela 05 - Pessoal ocupado e assalariado em equipamentos e serviços turísticos de hospedagem, alimentação e agenciamento nos municípios da região Serrana

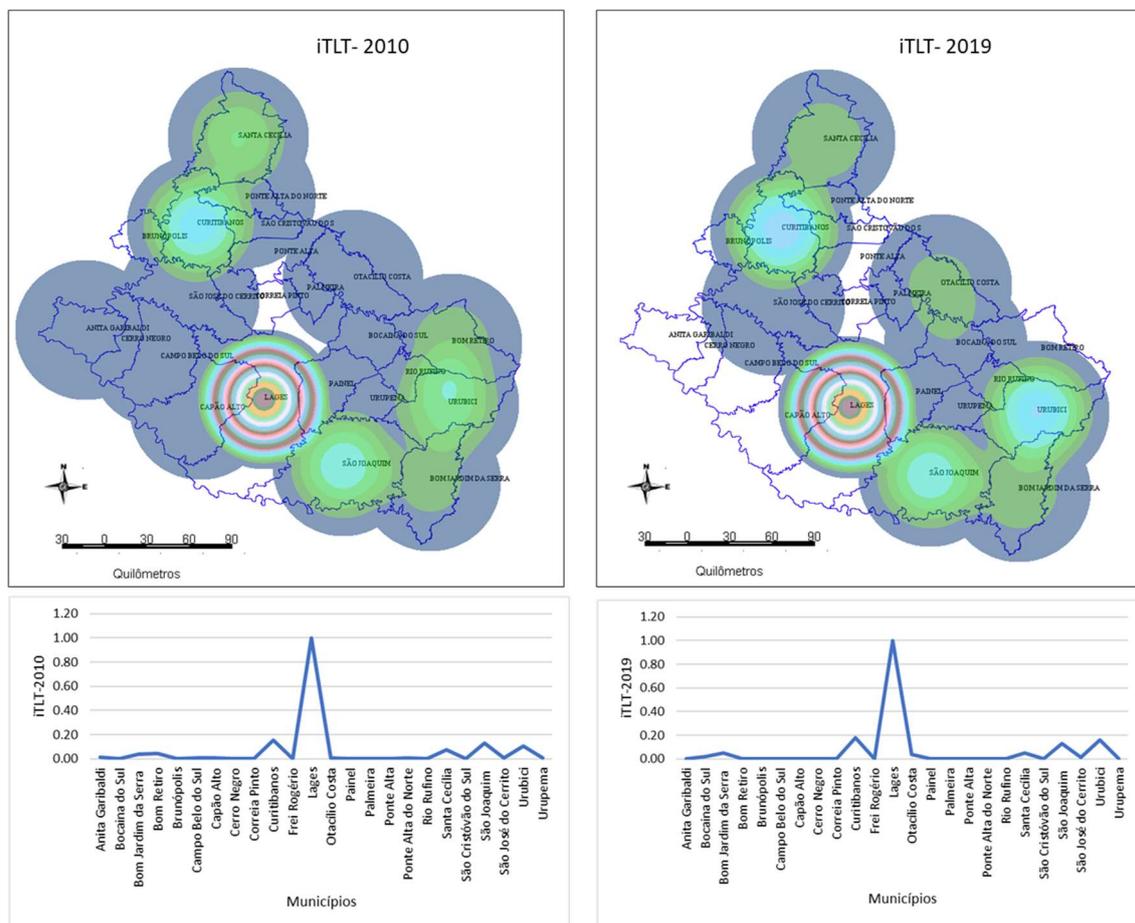
Unidade da Federação e Município	2010		2019		2020		2010 iTLT	2019 iTLT
	Pessoal ocupado							
	Total	Assalariado	Total	Assalariado	Total	Assalariado		
Santa Catarina	90.563	65.896	117113	91.858	102449	77.022	-	-
Anita Garibaldi	28	17	20	9	25	13	0.01	0.00
Bocaina do Sul	9	5	40	29	2	2	0.00	0.02
Bom Jardim da Serra	76	53	115	90	83	65	0.04	0.05
Bom Retiro	89	56	92	69	91	70	0.05	0.00
Brunópolis	10	2	2	2	2	2	0.00	0.00
Capão Alto	13	7	80	74	66	61	0.01	0.00
Campo Belo do Sul	18	13	2	2	19	14	0.01	0.00
Cerro Negro	2	2	2	2	2	2	0.00	0.00
Correia Pinto	55	40	81	62	70	50	0.00	0.00
Curitibanos	297	197	373	292	307	237	0.15	0.18
Frei Rogério	8	2	2	2	2	2	0.00	0.00
Lages	1.814	1.406	2.049	1.611	1.811	1.371	1.00	1.00
Otacílio Costa	101	46	77	57	65	48	0.01	0.04
Painel	2	2	11	9	14	8	0.00	0.00
Palmeira	2	2	2	2	2	2	0.00	0.00
Ponte Alta	16	8	15	8	13	7	0.00	0.00
Ponte Alta do Norte	21	15	11	9	13	10	0.01	0.00
Rio Rufino	2	2	2	0	5	1	0.00	0.00
Santa Cecília	145	70	104	78	85	62	0.08	0.05
São Cristóvão do Sul	81	68	76	68	68	60	0.00	0.00
São Joaquim	259	151	270	184	250	168	0.13	0.13
São José do Cerrito	13	6	25	17	28	18	0.01	0.01
Urubici	200	102	339	171	349	170	0.10	0.16
Urupema	18	7	20	14	21	15	0.01	0.00
Total geral	3.279	2.279	3.810	2.861	3.393	2.458	-	-

Fonte: Adaptado dos dados do IBGE - Cadastro Central de Empresas, 2023

Ao comparar o total de pessoal ocupado e assalariado, na intermediária de Lages (região Serrana), com os números do Estado, percebe-se que não houve aumento na participação estadual, os índices entre 2010 e 2019 oscilaram de 3,62% para 3,25% e 3,45% para 3,11%.



Figura 06 - Distribuição municipal do iTLT, 2010 e 2019



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Os municípios de Lages, Curitibanos, São Joaquim, Urubici e Santa Cecília detinham 82,79% do pessoal total ocupado e 84,50% do pessoal assalariado em 2010. Em 2019 os números estão muito próximos a 82,28% do pessoal ocupado e 81,6% do pessoal assalariado. Em números absolutos, na região houve, em 2020, um decréscimo de 417 vagas no pessoal total ocupado e 403 no pessoal assalariado do setor, situação que pode estar ligada à situação de pandemia enfrentada em 2020 (Tabela 05).

O resultado do iTLT permite afirmar que o município de Urubici e Curitibanos melhoraram os seus índices de empregabilidade no setor em 2019. Os demais municípios tiveram desempenho negativo, fechando postos de trabalho no período analisado.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) ressalta que essas perdas seriam imediatas se não existisse a Lei Complementar 165/2019, que determinou o congelamento dos coeficientes do FPM para perdas desde 2018 até a finalização do Censo Demográfico⁵.

Outra questão que merece atenção refere-se à infraestrutura viária que diz respeito às rodovias municipais, estaduais e principalmente o caso da BR-438, chamada de Rota Caminho das



Neves, que desde 2018 integra o Plano Nacional de Viação (PNV)⁶. O trecho de rodovia começa no entroncamento com a BR-285, na cidade gaúcha de Bom Jesus, atravessa a divisa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, passa pelos municípios catarinenses de São Joaquim e Urubici e continua até o entroncamento com a BR-282, a nove quilômetros de Bom Retiro (SC), totalizando 161km de extensão. Esta rodovia federal é importante porque irá integrar as paisagens das serras gaúcha e catarinense e servir de corredor para que os turistas possam usufruir das belezas naturais deste território. Além disso, trará ganhos econômicos e a possibilidade da elaboração de roteiros e eventos integrados no território das serras.

Uma publicação no G30 em novembro de 2021⁷ relata que por meio da bancada gaúcha foi liberada uma verba no valor de R\$ 2,8 milhões de reais para que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) fizesse o projeto da nova estrada. A expectativa era de que o projeto fosse elaborado em 2022 e a obra começasse em 2023.

A vocação territorial da região é o turismo?

Ao analisar os aspectos do quadro natural e histórico, percebe-se que a região intermediária de Lages tem características naturais de relevo, clima, hidrografia e vegetação, além de estruturas e edificações do patrimônio histórico relevantes para se tornar uma região turística.

A região geográfica possui atrativos naturais e histórico-culturais em parte substantiva, mas carece da necessidade de criar imagem de um lugar turístico. Isso é possível, conforme Boullón (2002) e Kotler et al. (2006), a partir do investimento em três fatores: (i) quantidade e qualidade dos serviços tradicionais (hospedagem, alimentação, transporte e agenciamento), (ii) programa de atividades (diversões, distrações, passeios e visitas) e (iii) acessibilidade aos atrativos. Portanto, estratégias na promoção destes lugares devem ser adotadas no âmbito municipal e regional.

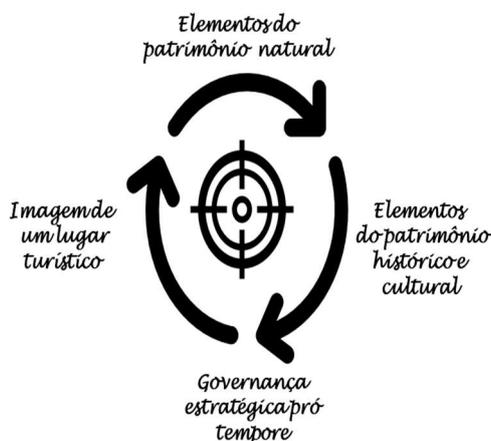
Ação de governança do turismo

Os lugares (municípios) precisam criar atrações pois têm posição geográfica, natureza e história que precisam ser contadas e tornarão o território mais competitivo. Além de contemplar investimentos e ação de governança estratégica em belezas e características naturais, história e pessoas famosas, locais de compras, atrações culturais, recreação e entretenimento, festivais e datas comemorativas, edificações, monumentos e esculturas, museus, dentre outras, podem contribuir para mudar a qualidade de lugar nenhum para lugar de interesse de visitantes (Figura 07).

A mobilização e organização de agenda de turismo deve ser elaborada com participação do Conselho de Turismo da Serra Catarinense (CONSERRA), Conselho Estadual de Turismo de Santa Catarina, Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina (SANTUR), Secretarias Municipais de Turismo, Associação de Municípios da Região Serrana (AMURES), Associação de Municípios da Região do Contestado (AMURC), iniciativa privada e atores das comunidades, de forma que priorize a construção da vocação turística da região.



Figura 07 - A construção da vocação turística da região intermediária de Lages



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

O objetivo estratégico da ação de governança do turismo sugerida é criar e apresentar atrações que seduzam turistas ao mesmo tempo em que cativem as partes interessadas para contribuir na conservação do patrimônio natural e histórico-cultural (material e imaterial). A função da gestão do turismo é conceber, implementar e controlar um mecanismo de planejamento local que integre a comunidade local e atraia para o objetivo comum de desenvolvimento sustentável do território (MASTROBERARDINO et al., 2013).

A vantagem competitiva do território é sustentável se corresponder às expectativas de vários stakeholders locais (indivíduos e/ou organizações) direta ou indiretamente envolvidos no processo de criação de valor. A este respeito, são declinadas amplas gamas de conceitos típicos de gestão estratégica (missão e visão, posicionamento, estratégia, recursos, partes interessadas, competitividade, valor, ética. etc.) em relação ao território (CALABRESE et al., 2014).

Ao levar em consideração as potencialidades e fragilidades dos aspectos naturais e históricos analisados, pode-se afirmar que, na vocação territorial, o turismo depende de ação estratégica com pactuações e/ou aliança entre atores da comunidade, instituições públicas, organizações e associações pró-tempore.

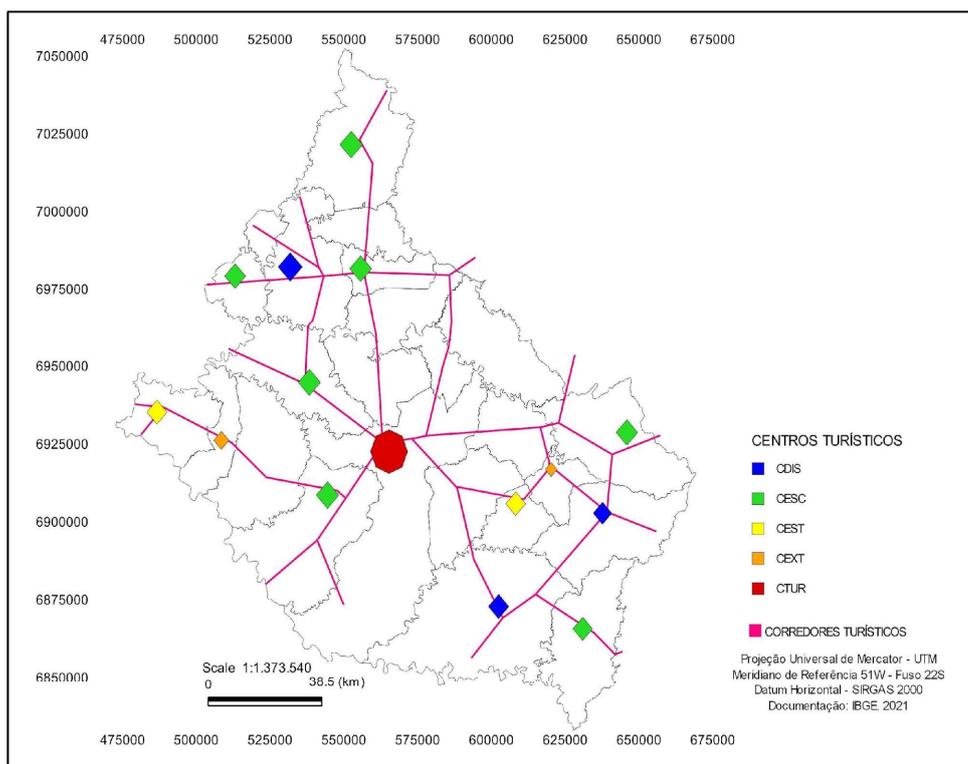
Observa-se, por todos esses municípios, que as atividades turísticas deverão desenvolver conectividades diversas. Essas determinam estruturas que poderão qualificar variadas redes geográficas turísticas regionais. Exemplo que pode ser citado, ainda que isolado pois não está integrado com outra região, é o primeiro Portfólio de Enoturismo da Serra Catarinense, apresentado em abril de 2022, que conta com adesão de 16 vinícolas de São Joaquim⁸.

Estratégia organizacional e de desenvolvimento do turismo



A partir das conectividades, propõe-se que a estrutura organizacional e o consequente planejamento do turismo estejam alinhados à característica física territorial da oferta turística (Figura 08). A construção da proposta apoiou-se em Boullón (1997 e 2002), que estabeleceu a Teoria do Espaço Turístico, baseada na distribuição dos atrativos turísticos em diferentes escalas geográficas.

Figura 08 - Proposta da estrutura organizacional do desenvolvimento do turismo



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Nesta proposta, foi somado a infraestrutura de equipamentos e serviços turísticos de hospedagem, alimentação e agenciamento e a mão de obra empregada no setor, conjunto de oferta que possibilita a permanência do visitante. Assim, foram elencados os elementos de composição deste espaço, utilizando as escalas da área turística, dos centros e dos corredores turísticos.

A área turística compreendida na região intermediária de Lages é um espaço dotado de atrações turísticas contíguas, com a presença mínima de um centro turístico, infraestrutura de transporte e comunicação, interrelacionada com os elementos turísticos.

O Centro Turístico (CTUR) deve possuir atrativos localizados em um raio médio de influência de duas horas de distância/tempo, além de infraestrutura de transporte, comunicação,



equipamentos e serviços turísticos receptivos básicos e complementares de hospedagem, alimentação, lazer, agências de viagens receptivas, locais para realização de eventos, comércio turístico, transportadoras turísticas e serviços de apoio adicionais tais como comércio de conveniências, abastecimentos e conserto de veículos, salões de beleza e outros. Na Área turística, foi definido como centro turístico o município de Lages devido a sua posição geográfica estratégica regional, a supremacia de equipamentos e serviços turísticos de hospedagem, alimentação e agenciamento, a presença de rodovias federais e estaduais que favorecem o deslocamento e traslado para outros municípios, e o número de pessoal ocupado e assalariado, atuando na área do turismo, além da maior especialização em serviços de apoio.

Os centros turísticos, definidos como lugares de recepção de turistas, podem ser classificados como centro turístico de distribuição, de estadia, de escala e de excursão. O Centro turístico de distribuição (CDIS) configura um núcleo urbano como base de distribuição para os atrativos localizados no raio de influência, com atrativos que numericamente justifiquem a permanência média de dois dias. Nesta categoria foram definidos os municípios de São Joaquim, Urubici e Curitiba, pois possuem equipamentos e serviços básicos que podem servir de base para as visitas dos atrativos locais e de entorno localizados em outros municípios exigindo no máximo 30km de percurso.

O Centro turístico de estada (CEST) deve contar com um atrativo principal cujo desfrute justifique e motive uma maior permanência média. Uma oferta de equipamentos e serviços turísticos receptivos básicos de alojamento e entretenimento, com necessidade menor de agenciamento local. Precisa também ter também completa oferta de equipamentos e serviços adicionais, sendo os serviços de locação de imóveis imprescindíveis. Como CEST ficaram definidos os municípios de Urupema e Anita Garibaldi por possuírem equipamentos básicos para atender os turistas.

O Centro turístico de escala (CESC) localiza-se nos “cruzamentos” ou “nós” da rede de transporte. Caracteriza-se por ser um local de paradas intermediárias nos percursos de longa distância e pode ser um local de troca do sistema de transporte, onde a permanência não seja superior a algumas horas ou a uma noite. Não necessariamente precisa oferecer atrativos, mas, deve possuir equipamentos turísticos receptivos, serviços básicos e complementares incompletos. Nesta nomenclatura ficaram definidos os municípios de Capão Alto, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Santa Cecília, São Cristóvão do Sul, Brunópolis e São José do Cerrito, todos que possuem entroncamentos de rodovias federais com rodovias estaduais.

O Centro turístico de excursão (CEXC) necessita ofertar um ou mais atrativos turísticos, em um mesmo espaço físico, localizados no raio de influência do centro de distribuição e que não demandam permanência superior a algumas horas de estada para sua visita. O centro deve ter disponibilização de instalações de estacionamento, sanitárias, descanso e de convivência, segurança e de proteção aos atrativos. Como CEXC na área turística da região intermediária de Lages ficaram definidos os municípios de Rio Rufino e Cerro Negro, que possuem no seu raio de influência, centro de distribuição de estada, com atrativos que podem ser visitados com curta permanência.



Uma vez definidos os centros turísticos, foram traçados os corredores que objetivam desempenhar, nesta proposta, a função de articulação de primeira ordem dos centros na área turística. Na definição dos corredores turísticos foram consideradas os nós das rodovias federais e estaduais pavimentadas que atendem a circulação rodoviária regional. Os corredores turísticos devem priorizar empreendimentos que ofereçam serviços de abastecimento e conserto de veículos, serviços de alimentação, opções de alojamento, venda de souvenirs e conveniências e locais para descanso com equipamentos sanitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da análise dos elementos do quadro natural e dos aspectos históricos, estruturais, organizacionais e econômicos voltados ao turismo demonstraram que a região intermediária de Lages possui vocação turística.

A elaboração dos índices iEBT e iTLT trouxe números que facilitaram o entendimento do setor com relação aos serviços básicos, emprego e renda. Os resultados dos índices revelam que há necessidade de criar políticas públicas, serviços e equipamentos turísticos e aumentar a capacidade empresarial de investimento no setor. O reconhecimento destas necessidades deverá fazer parte de uma mobilização para construção social e organizacional regional voltada a estabelecer a governança estratégica pró-tempore, com aproveitamento das instituições, organizações e associações existentes no território.

A proposta de estratégia organizacional e de desenvolvimento do turismo ofertada com a criação da área turística, dos centros e dos corredores turísticos de primeira ordem poderão dividir as tarefas de acordo com a sua hierarquia, otimizando custo e benefício.

Foram enfrentadas dificuldades principalmente quanto à disponibilidade de dados referentes à mão de obra ligadas ao setor de serviços relacionados ao turismo. Há discrepância entre os dados oficiais disponíveis em relação ao trabalho assalariado e à mão de obra total ocupada, assim como a inexistência de dados sobre o volume de trabalho informal ligado ao setor, além de informações detalhadas sobre o valor adicionado bruto no setor de turismo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa Gente Catarina, à Coordenação de Inovação e Inteligência Analítica (COIIA), e à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) pelas bolsas concedidas para execução desta pesquisa.

NOTAS

1 - Pró-tempore - conceitualmente significa que os responsáveis que irão substituir os cargos temporariamente deverão respeitar as estratégias do acordo estabelecido no documento de construção social da vocação.



2 - Dados coletados para formar o Índice de estrutura básica de turismo (iEBT) estão disponíveis no site do Sidra/IBGE, Tabela 6449 - Empresas e outras organizações, pessoal ocupado total, pessoal ocupado assalariado, salários e outras remunerações, por seção. Divisão, grupo e classe da classificação de atividades (CNAE 2.0).

3 – ABH. Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Santa Catarina. **Conserra revela números preliminares do turismo na Serra Catarinense.** Disponível em: <<https://www.abih-sc.com.br/conserra-revela-numeros-preliminares-do-turismo-na-serra-catarinense>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

4 – WH3.com.br. **População de SC é a 3ª que mais cresceu no país.** Disponível em: https://wh3.com.br/noticia/238990/Popula%C3%A7%C3%A3o_de_SC_%C3%A9_a_3%C2%AA_que_mais_cresceu_no_pa%C3%ADs;_veja_lista_das_cidades_mais_populosas_.html. Acesso em: 15 fev.2023.

5 – CNM. Conferência Nacional de Municípios. **Perdas e ganhos dos coeficientes do FPM de 2023.** Estudos Técnicos/CNM – Janeiro de 2023. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/15489>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

6 – BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2016. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126958>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

7 – G30. Blog Serra Gaúcha. Rota caminho das neves obtém recursos para execução do projeto. Disponível em: <<https://www.g30serragaucha.tur.br/post/rota-caminho-das-neves-obt%C3%A9m-recursos-para-execu%C3%A7%C3%A3o-do-projeto>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

8 - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. São Joaquim On Line. São Joaquim lança projeto inédito de Portfólio de Enoturismo. Disponível em: <<https://saojoaquimonline.com.br/destaque/2022/12/13/sao-joaquim-lanca-projeto-inedito-de-portfolio-de-enoturismo/>>. Acesso em: 17 fev. 2023.

REFERÊNCIAS

BOULLÓN, R. C. **Los municípios turísticos.** 2 ed. México: Trillas, 1997.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico.** Tradução de Josely Vianna Baptista. Bauru: EDUSC, 2002.

BRASIL. **Índice de competitividade do turismo nacional** – 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional: Relatório Brasil 2011. Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Organizador) –Brasília: SEBRAE, 2012.

CALABRESE, G.; MASTROBERARDINO, P.; CORTESE, F. Territorial vocation and territorial governance: A situationist point of view the case of Manfredonia area. Heritage, **Tourism and Hospitality International Conference**, Istanbul Volume: Go F., Alvarez M. D., Yuksel A., HTHIC 2014. p. 306-321.

EMBRAPA. **Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado de Santa Catarina.** Rio de Janeiro: EMBRAPA-CNPq, 1998. Disponível em:< <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes>>. Acesso em: 03 out. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro de empresas 2010, 2019 e 2020.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc>>. Acesso em: 03 out. 2022.



KLEIN, R. M. Mapa fitogeográfico do estado de Santa Catarina. In: REITZ, R. (ed.). **Flora ilustrada catarinense**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.

KOTLER, P.; GERTNER, D.; REIN, I.; HAIDER, D. **Marketing de lugares**: como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe. Tradução de Ruth Bahr. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

LIRA, I.S.; ESCUDERO, C. S. **Metodologia para elaboração de estratégias de desenvolvimento local**. Santiago de Chile: CEPAL, Nações Unidas, ILPES, 2012.

MASTROBERARDINO P., CALABRESE G., CORTESE F. Costrutti, miti e strategie nella comunicazione d'impresa. Sinergie, **rivista di studi e ricerche Ricevuto**, n. 88, p. 17-34, 2013.

MASTROBERARDINO, P.; CALABRESE, G.; CORTESE, F. **La vocazione territoriale come mito razionalizzante**. Sinergie, rivista di studi e ricerche Ricevuto, n. 91, p. 103-119, 2013.

MONTILLA, J. C.; FERNÁNDEZ, J. I. P. How to measure the tourism vocation of a territory? Proposal for a composite index. **International Journal of Tourism Research**, Volume 23, Issue 3, First published, p. 253 - 267, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1002/jtr.2404>

PIAZZA, W. F. & HÜBENER, L. M. **Santa Catarina**: história da gente. Florianópolis: Lunardelli, 2003.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. Diretoria de Estatística e Cartografia. **Atlas geográfico de Santa Catarina**: diversidade da natureza – fascículo 2. [recurso eletrônico]. Isa de Oliveira Rocha (Org.). Florianópolis, Ed. UDESC, 2016.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado do Planejamento. **Atlas geográfico de Santa Catarina**: estado e território - fascículo 1. [recurso eletrônico]. Isa de Oliveira Rocha (Org.). Florianópolis: Editora UDESC, 2013.

COMO CITAR ESTE TRABALHO

LADWIG, Nilzo Ivo. ADAMI, Rose Maria. SALVIA, DENIS BERTE. VICTORIA, Flávio Rene Brea. Análise da vocação turística: um desafio na região intermediária de lages, Santa Catarina. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 20, n. 2, p. 323-345, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2024.76388>. Acesso em: DD MM. AAAA.